

Safras 1996/97 e 1997/98: o otimismo de volta ao campo?

Fernando Gaiger Silveira*

As análises sobre o comportamento do setor agrícola brasileiro neste ano que finda, bem como sobre as perspectivas para o curto e o médio prazo, estão marcadas por um tom acentuadamente otimista, desconsiderando as queixas sempre presentes, tanto nos discursos dos porta-vozes do setor *strictu sensu* como em estudos de caráter mais acadêmico. À visão positiva do desempenho recente e futuro da agricultura agregam-se os bons resultados advindos do comércio exterior e a própria questão agrária, os quais, em 1997, tiveram significativo destaque.

Considerando-se que, na atual conjuntura econômica, a valorização cambial e os elevados déficits na balança comercial brasileira se encontram no centro dos debates, ganha importância o desempenho altamente positivo das exportações de bens agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, são ilustrativos os editoriais de duas importantes revistas voltadas à análise da conjuntura econômica do setor agropecuário. Na **Agroanalysis** de novembro, publicada pela FGV, o editorial trata especificamente do comportamento das contas externas da agricultura, as quais exibiram um superávit de US\$ 8,4 bilhões em 1996,¹ com a perspectiva de uma performance ainda melhor no ano de 1998, segundo estimativa do Ministério da Agricultura. Prevê, por outro lado, que a renda dos agricultores poderá crescer em razão da disponibilidade de crédito e de melhorias nas condições de mercado (preços recebidos, custos, situação financeira, etc.), as quais já vêm permitindo o incremento de gastos na aquisição de insumos

* Engenheiro Agrônomo, Técnico da FEE.

O autor agradece a colaboração das colegas Marinês Zandavali Grando e Vivian Fürstenau.

¹ Segundo declaração do Ministro da Agricultura, o superávit em 1997 atingirá o montante de US\$ 11 bilhões (EXPORTAÇÃO..., 1997, p.C-7).

e de máquinas agrícolas. Na revista **Suma Agrícola & Pecuária**, são apontadas perspectivas alvissareiras quanto à produção de grãos, cujo volume pode vir a ultrapassar o recorde nacional, colhido em 1995, de 82 milhões de toneladas, tendo por base as intenções de plantio e as vendas de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas — ressaltando-se que a concretização dessas estimativas depende do comportamento climático, principalmente dos efeitos do fenômeno El Niño. A respeito das consequências do El Niño sobre a produção agrícola, não há consenso entre os especialistas, existindo desde previsões de quebra da safra até as de maior êxito na colheita.

Já a questão fundiária figurou em toda a imprensa nacional e foi objeto de importantes medidas governamentais, que vieram atender, em parte, às pressões dos agricultores sem terra, os quais tiveram atuação redobrada durante o ano de 1997, suscitando questões que se destacaram nos cenários político e econômico.

A reforma agrária voltou a ser objeto do debate político nacional, tendo contado com o apoio da “sociedade”. Houve, em termos de áreas desapropriadas e famílias beneficiadas, importante crescimento, sendo que, em 1997, foram contabilizados os melhores resultados. Deve-se perguntar quais as razões que fizeram a reforma agrária ganhar tamanho destaque na atualidade, considerando-se que o tema vem, ao longo das últimas três décadas, tanto nas rodas políticas como no mundo acadêmico, perdendo o “fôlego” e que, nessa trajetória, deixou de ser vista como uma necessidade econômica para tornar-se uma política de cunho mais especificamente social, com amplitude regional e de efeitos econômicos marginais dentro do setor agrícola. O atual quadro de desemprego e marginalização nas cidades, a importância readquirida pelo debate sobre segurança alimentar, os reflexos do Plano Real, o destaque que assume a agricultura familiar enquanto agente econômico requerendo apoio governamental, a presença marcante da luta pela terra em São Paulo e no Distrito Federal são algumas das causas que podem ser levantadas para explicar essa retomada, com maior ímpeto, da reforma agrária. Não se pode desmerecer a grande capacidade de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que não param, em momento algum, de realizar ações, como as ocupações de terras, prédios públicos e bancos, as marchas, as manifestações, estando sempre no noticiário e cotidianamente pressionando o poder público para que realize a reforma agrária.

1 - A safra 1996/97: produção, preços e comercialização

A safra brasileira 1996/97 apresentou um resultado bastante bom, com a colheita de 78 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, conforme levantamento do IBGE, de novembro. Esse volume, ainda que inferior às estimativas iniciais, que apontavam um novo recorde de produção, significa a retomada da atividade agrícola depois das dificuldades observadas nas duas safras seguintes ao Plano Real: enquanto na safra 1994/95, mesmo com recordes no volume de produção, a rentabilidade do setor foi gravemente afetada pelos baixos preços de mercado, na safra seguinte, a de 1995/96, em razão das adversidades climáticas, observaram-se perdas significativas nos volumes produzidos, que foram, no entanto, mais que compensados pela recuperação dos preços. Comum a essas duas safras são os problemas no âmbito do crédito rural: dívidas pendentes, recursos escassos e caros.

Essa retomada acima referida da atividade agropecuária viabiliza-se, de um lado, graças à melhora nos preços recebidos pelos agricultores durante 1996, em função tanto do estrangulamento na oferta interna como do comportamento dos preços das principais *commodities* agrícolas nos mercados internacionais; de outro, respalda-se nas medidas governamentais na área do crédito, tais como a securitização das dívidas, as novas formas de captação, o aumento no volume dos recursos, a criação de novos instrumentos de financiamento ao custeio e à comercialização, a diminuição das taxas de juros, etc., bem como a desoneração do ICMS nas exportações agrícolas, que teve reflexos altamente positivos na sojicultura.

Infelizmente, no caso do Rio Grande do Sul, a recuperação da atividade agropecuária, relativamente menor se comparada à nacional, foi afetada pela recorrência de problemas climáticos, com conseqüências maiores nas lavouras de soja e nas segundas safras de milho e feijão (no caso dos cultivos de verão) e na atividade tríticola (cultivo de inverno). Concretamente, as safras de verão e de inverno contabilizaram, respectivamente, perdas da ordem de 10% e de 24% frente às previsões iniciais, equivalentes a uma quebra de quase dois milhões de toneladas.

Realizando-se uma avaliação por cultivo e privilegiando os mais significativos na agricultura do Rio Grande do Sul, observam-se importantes diferenças entre os respectivos desempenhos. Deve-se ressaltar, no

entanto, que, para o conjunto da agricultura, as perspectivas são promissoras.

Essa visão otimista encontra respaldo, por outra parte, na evolução recente da agricultura brasileira, que, assim como a gaúcha, tem demonstrado grande capacidade de se adequar às novas realidades econômicas. A agricultura tem passado por mudanças profundas, tanto na órbita da produção — maior diversificação e agroindustrialização dos empreendimentos rurais — como no que diz respeito à atuação do Estado, que diminuiu sua importância no que se refere ao financiamento das atividades agrícolas e à regulação dos mercados. No caso do Rio Grande do Sul, observam-se, nos últimos anos, ganhos crescentes de produtividade nas lavouras de grãos, conferindo maior competitividade. Esses diferenciais de produtividade, no entanto, têm sido acompanhados pela contínua diminuição das áreas destinadas aos diferentes cultivos. Esse movimento antagônico de ganho de produtividade *versus* redução de área é que explica a estagnação da produção gaúcha em termos de volume.

No caso do arroz, os ganhos de produtividade estiveram, ao contrário, até recentemente, associados a incrementos na área cultivada. Com a agudização dos problemas no financiamento, bem como do acirramento da competitividade com outros países produtores devido à abertura comercial e à consolidação do Mercosul, a orizicultura passou por grandes dificuldades, que se fizeram sentir na diminuição da área cultivada no Estado, nas duas últimas safras. Comparando-se o pico alcançado na safra gaúcha de 1994/95 (quando foram plantados quase um milhão de hectares e houve uma colheita recorde de cinco milhões de toneladas) com a safra 1996/97, constata-se a diminuição de 200 mil hectares e de um milhão de toneladas, o que equivale a dizer que área e produção se situam em níveis semelhantes aos do início da década. Já o comportamento dos preços no corrente ano foi altamente positivo. Durante a safra estavam ao redor de R\$ 12 a saca, encontrando-se, no atual momento, acima de R\$ 15 a saca. Isso estimulou o último plantio, sendo esperada uma recuperação da cultura do arroz, especialmente no Estado. Para o Brasil, os números são relativamente mais modestos, pois há tempo se processa uma queda contínua na produção de sequeiro, ocasionando significativa concentração da produção no cultivo irrigado, que não atende plenamente à demanda interna.

A safra de milho teve, em função da estiagem, sua produção comprometida em 550 mil toneladas se forem tomadas como parâmetros as primeiras estimativas e os últimos dados disponíveis, o que representa uma perda em torno de 10%. Mas foi na soja que se observou a perda de maior envergadura, da ordem de 15%, o que totalizou quase um milhão de toneladas. Nessa cultura, concentravam-se as melhores perspectivas de safra, baseadas nas expectativas de preços bastante elevados, que induziram a um incremento da área plantada com a soja ao redor de 150 mil hectares. Essa área foi, em grande parte, subtraída da cultura do milho, que teve, em termos de área plantada, uma diminuição, entre as duas últimas safras, de 1.770 mil para 1.680 mil hectares².

Todavia, nacionalmente, a produção de grãos (exceto os cultivos de inverno) situou-se nos patamares inicialmente estimados, tendo, também, se verificado um grande crescimento no volume colhido de soja. O crescimento da produção brasileira dessa cultura em 1997 baseou-se tanto na melhora da produtividade como na ampliação da área cultivada (diferentemente do que se espera em relação à próxima safra, esse aumento não se deu em detrimento das áreas de milho). As quantidades produzidas de milho e soja no Brasil alcançaram, respectivamente, 34,5 e 26,5 milhões de toneladas, segundo o IBGE, correspondendo a aumentos de 8% e 12% frente à safra 1995/96. Vale notar que, no caso do milho, esse volume foi superado somente pelo colhido na safra recorde 1994/95, e vem a ser o resultado da recuperação dos índices de rendimento e do grande crescimento da segunda safra, principalmente na Região Centro-Oeste; e quanto à soja, observou-se um incremento aproximado de 800 mil hectares em relação à safra passada, com o rendimento físico médio atingindo quase 2,3 mil kg/ha, acarretando um desempenho produtivo semelhante ao da melhor safra, em 1994/95.

Como se pode ver, a safra brasileira de milho apresentou um excelente resultado, que, somado ao grande volume de estoques das safras anteriores, reforçou a tendência à baixa dos preços desse cereal no mercado interno, e, em decorrência, durante a maior parte do ano, os preços recebidos pelos produtores estiveram abaixo dos valores de garantia. O Rio

² A área efetivamente colhida em 1995/96 foi de 1.580 mil hectares, o que demonstra o quão prejudicial foram os problemas climáticos presentes nessa safra.

Grande do Sul não fugiu à regra, com os preços situando-se, durante o primeiro semestre, bem próximos ao preço mínimo de R\$ 6,70. A intervenção do Governo — afastar-se da regulação dos mercados agrícolas — foi bastante limitada no caso do milho em função do grande volume dos estoques em seu poder. Nesse quadro, foram utilizados vários instrumentos de política, mas que não surtiram o efeito esperado: não foram assegurados bons preços aos produtores, bem como não ocorreu a transferência do carregamento de parte de seus estoques para o setor privado. Como consequência, estima-se uma queda na produção para a próxima safra, que poderá provocar tanto importações como recuperação dos preços.

Na atividade tritícola, verificaram-se as maiores perdas frente às expectativas iniciais, devido à grande quantidade de chuvas na fase da colheita, o que repercutiu negativamente na quantidade colhida e, principalmente, na qualidade dos grãos. Se, como se discutirá adiante, não há consenso quanto aos efeitos do El Niño na safra de verão, são evidentes os prejuízos que este já causou no caso das lavouras de inverno, especialmente a de trigo gaúcho. As estimativas quanto à produção de trigo no Estado situavam-se, até o início de outubro, em cerca de 900 mil toneladas, com uma área cultivada próxima a 500 mil hectares, o que já estaria, *grosso modo*, abaixo do desempenho da safra passada³ (a qual retomou os níveis anteriores a 1995, ano em que se assistiu a derrocada desse cultivo, com a colheita diminuta de 330 mil toneladas em 270 mil hectares). É notório o fato de a cultura do trigo ter sofrido perda significativa de importância na passagem dos anos 90, haja vista que, no caso gaúcho, enquanto a área cultivada durante a década de 80 oscilou entre 800 mil e um milhão de hectares, na atual não superou a média de 600 mil hectares de área plantada.

Segundo o IBGE, o excesso de chuvas na colheita acarretou uma quebra, na última safra gaúcha de trigo, de 250 mil toneladas, ou seja, um decréscimo, frente às previsões iniciais, da ordem de 30%, sendo que, para o conjunto das lavouras de inverno, a perda alcançou 330 mil toneladas. Não bastassem essas perdas em volume, soma-se o fato de que grande parte do trigo colhido não obtém classificação comercial, ou seja, mostra-se impróprio para o consumo humano, destinando-se a maior parte ao arraçãoamento

³ Em termos de área e produção, significou perdas, respectivamente, próximas a 13% e 9%.

animal. Para o Brasil, o recuo da produção de trigo frente ao ano anterior, segundo a Conab, em termos absolutos, foi de 730 mil toneladas, significando uma diminuição de 23%. Sem dúvida que o clima influenciou essa performance, devendo-se, no entanto, lembrar que a área cultivada teve, também, importante papel, contabilizando-se uma redução de 18% em relação à safra de 1996.

2 - As estimativas para a próxima safra: o clima econômico e o El Niño

Na análise dos resultados da última safra, foram apontadas certas condições presentes no momento do plantio da próxima safra, que irão permitir, possivelmente, a obtenção de uma colheita recorde no Brasil e, no caso do Rio Grande do Sul, a recuperação do volume produzido, depois de recorrentes problemas climáticos. Dentre essas condições, em primeiro lugar, destacam-se os preços do arroz, da soja e, também, do feijão, que se situam em níveis bastante elevados. O arroz vem apresentando preços superiores aos da entressafra passada, sendo os melhores desde 1992, alcançando, em meados de dezembro último, R\$15,30/saca, enquanto na mesma época do ano de 1996 estavam em torno de R\$14,00.⁴ No caso da soja, os preços recebidos pelos agricultores gaúchos nos meses de novembro e dezembro encontram-se em patamares recordes, ultrapassando os R\$ 18,00 a saca, dando continuidade à tendência altista já observada no decorrer do ano passado, decorrente da situação extremamente favorável no mercado internacional.

Em segundo lugar, há o Plano Safra 1997/98, que, diversamente dos anteriores, foi anunciado no momento adequado, ou seja, permitiu que os produtores decidissem o plantio tendo conhecimento do montante de recursos, das taxas de juros, dos limites de financiamento e dos preços mínimos. Pode-se considerar que, de modo geral, o Governo atendeu às

⁴ Duas importantes lideranças do setor, Carlos Sperotto e Antônio Paz, Presidentes da Farsul e da Federarroz, declararam respectivamente: "Os preços do arroz neste ano foram muito bons, (...) " e "Hoje a saca de arroz está nos melhores níveis de preço dos últimos 20 anos, a R\$ 16, (...)." (PRODUTOR...,1997).

demandas do setor, haja vista que foi disponibilizado um volume maior de recursos com diminuição dos encargos financeiros. No que concerne aos preços mínimos, nota-se a preocupação governamental em estimular as culturas com peso no comércio exterior, especificamente a soja e o algodão. No caso da soja, considerando-se a situação altamente favorável, as medidas dirigiram-se ao fortalecimento do cultivo na região Centro-Oeste, onde, por outro lado, foi desestimulado o plantio do milho, através da diminuição dos preços de garantia. Isso teve por objetivo concentrar o efeito da substituição do milho pela soja nessa região, onde o setor público tem sido induzido pela Política de Preços Mínimos, em vista dos baixos preços de mercado, a adquirir a maior parcela do milho aí produzido. Levando-se em conta o comportamento dos preços e o nível dos estoques públicos de milho e mais, a importância adquirida do mecanismo de pagamentos "em produto" na primeira parcela da securitização, tornou-se evidente que o setor público teria uma presença marcante na comercialização desse produto. Daí o Governo ter lançado mão de novos instrumentos de comercialização, bem como do fortalecimento de antigos, de modo que o afastasse das aquisições diretas e lhe possibilitasse transferir seus estoques. Tais instrumentos são: os contratos de opção, o prêmio de escoamento da produção e a liquidação financeira da Cédula do Produtor Rural (CPR).

Assim, o cenário da safra 1997/98 pode ser considerado bastante promissor, já que se preservaram dois fatores positivos ao desempenho do setor, quais sejam: a situação "aquecida" dos mercados agrícolas e a atuação governamental em apoio ao setor, especialmente quanto ao gerenciamento tanto dos problemas da dívida rural securitizada como da comercialização das safras. Por fim, a próxima safra será a quarta do Plano Real, demonstrando ter a agricultura contornado satisfatoriamente as dificuldades próprias à valorização cambial e ao alto patamar das taxas de juros, podendo reafirmar o crescimento de sua produção. Concretamente, os prognósticos são de que as safras de verão e de inverno 1997/98, no Rio Grande do Sul, totalizem uma produção de grãos da ordem de 17 milhões de toneladas, num cenário promissor em termos do comportamento dos preços.

Conforme sumariamente se apontou acima, o Governo vem demonstrando grande capacidade de negociação quanto às pendências e às dificuldades do processo de securitização da dívida agrícola. De um lado, ainda se busca solução para as dívidas superiores a R\$ 200 mil, tendo, mais

uma vez, sido prorrogado o prazo de renegociação, agora para 2 de março de 1998.⁵ A possibilidade de prorrogar o pagamento da primeira parcela da dívida securitizada, de outro lado, vem confirmar a “boa vontade” governamental em relação às dificuldades financeiras do setor. Em meados de outubro último, o Governo anunciou as regras para a concessão de prorrogação parcial ou total da primeira parcela da dívida, com vencimento em 31 desse mês. Destina-se aos produtores que comprovarem incapacidade em saldar essa primeira parcela em função de dificuldades na comercialização dos produtos ou com frustração da safra em decorrência do clima, sendo também contemplados aqueles produtores que não tiveram acesso ao financiamento para o custeio na safra 1996/97. Ademais, os produtores passaram a ter acesso aos cálculos geradores do valor das dívidas a serem renegociadas, bem como à solicitação de recálculo das já renegociadas (securitizadas), pois existe a alegação, por parte dos produtores, da incidência de encargos indevidos ou de reajustes não pactuados no momento da contratação, tanto nos empréstimos originalmente firmados quanto nos securitizados.

Partindo-se para a apresentação dos prognósticos para as culturas, verifica-se, *grosso modo*, aumento das áreas cultivadas com arroz e soja, sendo que, para esta última, tal crescimento é substancial e ocorre em prejuízo do cultivo do milho, de modo especial no caso do Rio Grande do Sul. Espera-se que as áreas cultivadas no Brasil com a segunda safra de milho cresçam significativamente, diminuindo o impacto dessa substituição. É importante, também, lembrar que há um crescimento vertiginoso na área cultivada com algodão, concorrendo com a soja nas terras do milho.

No caso do Rio Grande do Sul, as estimativas do IBGE/GCEA referentes às áreas cultivadas com milho e soja apontam uma transferência da

⁵ Com essa medida, o Governo ganhou tempo para equacionar a pendência dos cerca de R\$ 3 bilhões em dívidas que não puderam ser resolvidos com o refinanciamento, cujo limite foi de R\$ 200 mil. Caso o CMN não alongasse o prazo para o dia 2 de janeiro, a execução dos débitos dos produtores pelo BB seria inevitável.

“O anúncio não surpreendeu o presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado (Federarroz), Antônio Elói Paz. Conforme o dirigente, essa era uma reivindicação antiga da entidade e foi definida agora como um **sinalizador de que o governo está mesmo perto de definir um plano para solucionar o endividamento (grifo nosso).**” (RENEGOCIAÇÃO..., 1997, p. 52).

“A decisão, segundo o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, reflete o desejo do governo de dar continuidade ao processo de renegociação”. (PRORROGADO..., 1997, p. C-6).

ordem de 200 mil hectares, sendo que, na safra passada, já se tinha observado essa substituição, mas em escala menor. Na região Centro-Sul do Brasil (dados da Conab), o milho de primeira safra sofrerá uma diminuição de 14,8% da área, o que, em termos absolutos, significa 1,2 milhão de hectares, observando-se, em contrapartida, um aumento semelhante a essa perda na área de soja. Está presente em todas as previsões uma estupenda performance da cultura da soja, sendo esperada uma produção, no Brasil, de 31 milhões de toneladas, o que supera em 17,6% a safra 1996/97, quando foi colhida a maior safra com essa oleaginosa.

Esse quadro de abundância de soja em contrapartida à diminuição na produção de milho vem preocupando os analistas, uma vez que pode acarretar a depreciação dos preços do primeiro grão e uma escassez na oferta do segundo, fundamental na alimentação animal. Mas, no caso do Rio Grande do Sul, o milho apresenta perspectivas promissoras de comercialização, tendo em conta a enorme demanda dos setores avícola e suinícola, sendo esperada uma produção da ordem de 4,6 milhões de toneladas, quantidade que, dada a área cultivada e os dois últimos anos agrícolas, é considerada relativamente satisfatória.

Se, em toda safra agrícola, os resultados são altamente dependentes do comportamento climático, na de 1997/98 essa questão ganha maior destaque em razão do fenômeno El Niño, que, conforme estudos, está ocorrendo com maior intensidade. Inicialmente, o noticiário considerou que esse fenômeno teria consequências nefastas na produção da safra de verão, chegando-se a construir cenários bastante pessimistas. Num segundo momento, os especialistas, demonstrando um razoável consenso, afirmaram que os efeitos do El Niño seriam favoráveis ao bom desenvolvimento das culturas, permitindo, inclusive, incrementos de produtividade. Para tanto, lançavam mão dos resultados das safras, mostrando que, naquelas onde o fenômeno havia se manifestado, a produção tinha se desenvolvido sem maiores problemas, observando-se, inclusive, em alguns desses anos, colheitas superiores às obtidas quando não havia a manifestação do fenômeno. Deve-se, no entanto, sublinhar que a incidência de chuvas no período da colheita poderá prejudicar os resultados da safra, ou seja, se os efeitos do El Niño se prolongarem, aí sim ocorrerão problemas, como, por exemplo, enchentes em março/abril, com possibilidade de frustração da colheita.

É interessante notar que, em editorial da revista **Suma Agrícola & Pecuária**, de novembro, ou seja, no número seguinte ao citado no início deste texto, os termos mudaram significativamente. Isso devido às consequências da crise nas Bolsas dos países do Sudeste Asiático e do pacote econômico.

Cabe aqui assinalar que, em decorrência da crise asiática, implanta-se novo pacote econômico, cujo objetivo é o de preservar o ingresso de capitais internacionais. Eleva-se a taxa de juros, fazendo-se necessário um rearranjo das contas públicas. Disso resultaram medidas fiscais, como o aumento das alíquotas do Imposto de Renda, a elevação do preço dos combustíveis, o aumento do IPI de um conjunto de produtos, dentre outras. Ora, a elevação das taxas de juros afeta, principalmente, os financiamentos do setor agrícola, que contam com correção pela TJLP, tais como os empréstimos junto ao BNDES para aquisição de máquinas, bem como os contratados nos mercados informais — nos quais, aliás, já eram observadas taxas relativamente elevadas. Mesmo que essa alta de juros não afete os empréstimos de custeio da safra que já estavam pactuados, deverá afetar a comercialização da safra, tendo em vista o encarecimento, daí decorrente, do carregamento dos estoques. Do mesmo modo, o aumento dos preços dos combustíveis terá maiores repercussões nos preços de atacado e varejo, pois, no âmbito da produção primária, é nas operações de plantio, já finalizadas, que se concentra a utilização de máquinas. Portanto, podem-se esperar pressões altistas nos preços alimentares, devido ao encarecimento dos fretes e da estocagem.

Por outro lado, como consequência da desvalorização das moedas dos países do Sudeste Asiático, é de se prever um aumento na competitividade dos produtos desses países, o que implicará acirramento da concorrência nas exportações de determinados produtos agropecuários, como cacau, café, borracha, açúcar e frango. No caso do Rio Grande do Sul, o setor avícola provavelmente será afetado,⁶ enquanto o barateamento do arroz

⁶ "Com a depreciação cambial, a Tailândia, grande produtor de frangos da região, aumentou o poder de venda de seu produto no Japão e na Europa, desbancando, dessa forma, o frango brasileiro naqueles mercados.

"(...) a desvalorização cambial permitiu à Tailândia um ganho de competitividade nas vendas de frango de 20% (...)" (FRANGO..., 1997, p A-4).

asiático não terá maiores conseqüências, tendo em conta a sua baixa qualidade e o fato de o Brasil privilegiar as importações provenientes de nossos parceiros no Mercosul. Não resta dúvida de que a crise asiática afeta o conjunto da economia mundial, diminuindo de modo particular as importações dos países dessa região, podendo implicar o arrefecimento das cotações das *commodities*. Até o presente momento, não foram observadas mudanças nos mercados internacionais de grão, já que nesses mercados são mais importantes fatores como os estoques mundiais e estimativas quanto à produção.

As principais conseqüências da crise das Bolsas e do pacote fiscal sobre o setor agrícola, segundo as análises anteriores, parecem não afetar as atuais perspectivas para a atual safra agrícola e mesmo o comportamento global da agropecuária, demonstrando que, no que diz respeito às condições de financiamento, o comportamento da balança comercial agrícola e dos preços agrícolas observa um cenário consolidado.

Como balanço final, podem-se reafirmar as estimativas promissoras de uma colheita de 64 milhões de toneladas de grãos na região Centro-Sul, segundo o último levantamento da Conab (realizado em dezembro último), desconsiderando os cultivos de segunda safra, para os quais conta-se, também, com boas perspectivas. As outras previsões quanto aos cultivos e regiões (realizadas quando do plantio da safra de verão) vêm se confirmando, tais como a recuperação da área e da produção orizícola e o crescimento vertiginoso da soja em detrimento da cultura do milho, que estão presentes no Rio Grande do Sul. Especificamente para a situação brasileira, observa-se, ainda, a "retomada definitiva" do algodão e o incremento nas áreas cultivadas com milho de segunda safra em sucessão à soja.

Evidentemente, esse cenário encontra-se na dependência do comportamento global da economia, ou seja, dos desdobramentos do processo de estabilização e de sua contraface cambial.

3 - Considerações sobre a balança comercial agrícola

Acredita-se que a atual política cambial afeta negativamente o desempenho não só dos preços agrícolas como, também, da produção

agropecuária como um todo. Segundo F. H. de Melo (MELO, 1997; 1997a), a reafirmada valorização da taxa de câmbio tem enorme importância sobre os preços recebidos pelos produtores; em estudo realizado para São Paulo, estes passam de um índice 100 em 1989 para 58,9 em 1996. No entanto, como observa o próprio autor, "(...) elevações dos preços internacionais, diminuição real dos preços de insumos e ganhos de produtividade, poderiam atuar de maneira compensatória em termos de rentabilidade (...)". Mas o que chama atenção é que todos esses fatos estão presentes no atual quadro, ou seja, desde 1996, observa-se um aumento das cotações internacionais e uma melhora da relação de troca (preços recebidos pelos produtores/preços pagos), sendo que ganhos de produtividade são recorrentes nos últimos anos. Em outro trabalho, Mendonça de Barros e Toledo (BARROS, TOLEDO, 1997) ressaltam "(...) os efeitos que o maior grau de concorrência causou sobre todo o sistema agropecuário: a **produtividade** do setor aumentou, aproximadamente, 32% entre 1986 e 1996. Registrou-se, assim, um ganho de cerca de 2,8% ao ano". Ao analisarem o comportamento, para o mesmo período, da relação de troca e o que eles convencionaram de poder de compra do setor — isto é, a combinação entre o desempenho dos termos de troca e os ganhos de produtividade —, esses autores afirmam: "(...) o poder de compra da agricultura tem apresentado tendência ascendente. De fato, entre 1986 e 1996, houve elevação de 40% nesse indicador. Os ganhos de produtividade explicam esse desempenho mais do que as elevações das relações de troca." Mas, por outro lado, lembram que, após o Plano Real, o crescimento do poder de compra foi afetado pelo comportamento descendente da relação de troca, reflexo, em grande medida, da atual política cambial. "Espera-se que, em 1997, haverá melhora no poder de compra da agricultura de modo a levar o indicador novamente aos níveis de 1994.", quando o índice do poder de compra foi 60% superior ao do ano base de 1986, devido, especialmente, à situação da relação de troca favorável. Deve-se lembrar que 1994 para a agricultura é o ano de comercialização da safra anterior ao Plano Real que contou com expectativas altamente otimistas para a safra seguinte (1994/95), como se pode depreender do comportamento positivo da relação de troca, levando-a a contar com excelente nível tecnológico através da aquisição de toda variedade de insumos. Como se sabe, tais expectativas fracassaram mesmo com a colheita recorde, pois o comportamento dos preços agropecuários (âncoras vermelha e verde) especialmente frente aos preços pagos pelos

insumos e, mais, o pequeno volume de recursos, os encargos financeiros relativamente elevados, o grau de endividamento do setor e as consequências da valorização cambial associada ao aprofundamento da abertura comercial acarretam grande queda na rentabilidade do setor agropecuário.

Desde então, nota-se uma melhora na situação dos preços no mercado internacional; e, em certos cultivos e regiões, há incremento no poder de compra, bem como uma mudança na área do crédito, em primeiro lugar, com o equacionamento do problema da dívida (que começou de forma parcial, estando em vias de atingir todo o conjunto da dívida) e com a flexibilização dos prazos de desembolso (caso de prorrogação da primeira parcela); em segundo lugar, aumentaram os volumes e melhoraram as taxas de juros; e, finalmente, a comercialização vem tendo ganhos com a criação de novos instrumentos de política agrícola que possibilitam o "afastamento" do Governo das ações mais diretas, permitindo que, nessa fase, os produtores não dependam das condições financeiras do setor público para venda em condições satisfatórias de suas safras.

A situação das contas externas brasileiras tem sido um dos aspectos mais debatidos na conjuntura econômica recente, em razão dos recorrentes e elevados déficits de nossa balança comercial. Nesse contexto, segundo se noticia, o setor agropecuário tem se mostrado como uma válvula de escape, pois suas exportações vêm tendo um desempenho positivo, com crescimento das quantidades exportadas e, principalmente, do valor exportado.

Vale notar que o saldo da balança comercial agrícola total, desconsiderando as transações com fertilizantes e defensivos, sempre se mostrou superavitário, tendo passado de US\$ 3,86 bilhões (preços de 1995) em 1961 para US\$ 12,74 bilhões em 1977, situando-se, desde então, ao redor de US\$ 9,5 bilhões (ALMEIDA, BACHA, 1997). Tendo em conta os últimos dados referentes a 1996 e 1997 (neste último ano, ainda são estimativas), que somam, respectivamente, US\$ 8,4 bilhões e US\$ 11 bilhões,⁷ fica evidente o ganho ocorrido no ano que findou. De outra parte,

⁷ "As exportações brasileiras de produtos agropecuários este ano deverão atingir R\$ 15 bilhões, com um superávit de R\$ 11 bilhões, o que representa um crescimento de 30% em relação a 1996, segundo informação de Arlindo Porto, Ministro da Agricultura." (EXPORTAÇÃO, 1997, p.C-7).

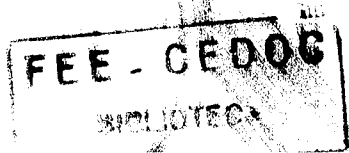
mesmo que no cômputo geral da balança comercial agrícola não se observem ganhos nos anos recentes, têm sido recorrentes, no contexto do Plano Real, interpretações nas quais se destaca o papel decisivo da agricultura no combate ao déficit em nossa balança comercial. Isso se deve, em grande parte, ao fato de os analistas se concentrarem no comportamento altamente positivo das exportações agropecuárias, não dando a devida importância aos volumosos incrementos nas importações. Concluindo: é em 1997 que se observa, de fato, um salto significativo na balança comercial agrícola, relacionado, em grande medida, aos efeitos da desoneração do ICMS nas exportações agrícolas e dos bons preços internacionais das *commodities* agrícolas. Café e soja foram os grandes responsáveis por esse desempenho, participando com mais de 90% do crescimento das exportações agrícolas. Observa-se, contudo, que, se os preços tiveram um papel de incentivo às exportações, o crescimento no valor destas deve-se mais ao incremento de volumes do que aos incrementos dos preços.⁸

Bibliografia

- AGROANALYSIS (1997). Rio de Janeiro : FGV, v.17, n.11, nov.
- ALMEIDA, Clóvis Oliveira de, BACHA, Carlos José Caetano (1997). Evolução do saldo da balança comercial brasileira no período de 1961 a 1996. **Preços Agrícolas**, São Paulo : Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, dez.
- BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de, TOLEDO, Celso (1997). Conjuntura macroeconômica: evolução recente da agricultura brasileira. **Preços Agrícolas**, São Paulo : Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, dez.

⁸ "As exportações brasileiras em 1997 devem crescer 10,7% em relação ao ano passado, mas 64,20% deste crescimento é explicado por dois itens agrícolas: soja e café (...) "(...) o crescimento das exportações do complexo soja e do complexo café cresceram, respectivamente, 39,62% e 70,96%, em relação a igual período [(janeiro/setembro)] de 1996.

"Houve algum efeito positivo do aumento dos preços daquelas *commodities* agrícolas, para explicar o salto em 1997, mas o grosso da expansão veio mesmo da exportação de maiores quantidades (...)" (RECEIOS, 1997, p. A-4).



EXPORTAÇÃO agropecuária aumenta 30% (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. C-7, 8 dez.

FRANGO e calçado sem competitividade na Ásia (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-4, 03 nov.

MELO, Fernando Homem de (1997). Efeitos negativos da política cambial sobre os preços agrícolas. **Preços Agrícolas**, São Paulo : Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, ago.

MELO, Fernando Homem de (1997a). Efeitos negativos da política cambial sobre a produção agrícola. **Preços Agrícolas**, São Paulo : Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, set.

PRODUTOR inicia pagamento da dívida (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 out.

PRORROGADO o prazo para a renegociação de dívidas agrícolas (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. C-6, 19 dez.

RECEIOS de crescimento do passivo externo (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-4, 24 nov.

RENEGOCIAÇÃO tem novo prazo: a medida beneficia os agricultores com débitos acima de R\$200 mil (1997). **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 dez.

SUMA AGRÍCOLA & PECUÁRIA (1997). São Paulo : Tama, n.330, out.

SUMA AGRÍCOLA & PECUÁRIA (1997). São Paulo : Tama, n.331, nov.